



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial

DATA E HORÁRIO:	22 de janeiro de 2026, às 15h
LOCAL:	Salão Nobre do Pleno do Tribunal de Justiça
REUNIÃO CONDUZIDA POR:	Juiz Hugo de Souza Silva, coordenador adjunto de Igualdade Racial
TEMA DA REUNIÃO:	Demandas dos povos de terreiro de Goiânia e região
PROAD:	202603000730773
SECRETÁRIO:	Afonso Rodrigues Bruno Neto
PARTICIPANTES:	Lista de presença em anexo

ABERTURA: Aberta a reunião, o juiz Hugo de Souza Silva agradeceu as presenças da Ouvidora do Poder Judiciário, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis; do juiz auxiliar da Presidência Reinaldo de Oliveira Dutra; da primeira-dama do Tribunal de Justiça, Luciene Camargo; do defensor público Tairo Batista Esperança; dos delegados Joaquim Adorno e Matheus Ferreira de Oliveira; e dos povos de terreiro participantes, para então iniciar os trabalhos.

REGISTROS DA REUNIÃO:





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial



DISCUSSÕES:

1. Inicialmente, o coordenador adjunto da Igualdade Racial, juiz Hugo de Souza Silva, apresentou aos presentes um pouco do trabalho da Coordenadoria de Igualdade Racial, a primeira coordenadoria específica sobre o tema entre os tribunais brasileiros.
2. Após, as lideranças e representantes das religiões de matriz africana se apresentaram, informando nome, o terreiro ou casa e as expectativas para o encontro.
3. A servidora Marielly Martins, integrante da Coordenadoria de Igualdade Racial, destacou o ineditismo do encontro no âmbito do TJGO e mencionou a possibilidade de doação de bens móveis pelo TJGO aos terreiros, com a finalidade de estruturar as casas. A Coordenadoria distribuiu aos presentes um documento explicativo elaborado pelo Núcleo de Desfazimento da Divisão de Patrimônio, documentação necessária para o procedimento.
4. Os participantes relataram dificuldades no reconhecimento da natureza de utilidade pública, requisito necessário para o recebimento de doações.
5. O juiz auxiliar da Presidência Reinaldo de Oliveira Dutra destacou que, a partir da escuta durante a reunião e com a formalização dos pedidos pela Coordenadoria de Igualdade Racial, a Presidência trabalhará para atender o máximo de demandas possível, dentro das competências institucionais do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial

6. Durante as apresentações, as lideranças e representantes dos povos de terreiros relataram casos de intolerância religiosa e discriminação, destacando a invisibilização das religiões de matriz africana e a necessidade de mostrar que pertencem à sociedade e realizam diversas ações culturais e sociais.
7. A servidora Marielly relatou o medo comum entre seguidores de religiões de matriz africana de expressarem a fé sem sofrer retaliações ou ataques em situações cotidianas, como entrar em veículo de aplicativo de transporte trajando roupas próprias da religião, fazer despachos, ser barrado em espaços públicos, e o receio de entrar em contato com a polícia para fazer denúncia e sofrer revitimização, considerando casos de truculência com os povos de terreiro por agentes de segurança pública.
8. Mariléia Lasprilla, presidenta do Movimento Agô, declarou ter negada sua humanidade, cultura e os direitos constitucionais previstos aos povos de terreiro, destacando a necessidade de o Poder Judiciário avançar no letramento racial para atuar de modo justo, técnico e sensível às especificidades das religiões de matriz africana, para evitar que os atos judiciais reproduzam violências institucionais.
9. Relatou, ainda, uma abordagem sofrida por ela, em que agentes de segurança teriam apontado armas nas quatro portas de seu carro, inclusive uma para sua cabeça, e coagido a fazer com que ela confessasse ser criminosa por matar animais. Prosseguiu relatando que, ao receber o caso, o membro do Ministério Público decidiu apresentar denúncia contra ela, sob a justificativa de que ela matava galinhas, e que a abordagem teria sido justificada considerando a defesa dos animais.
10. Expôs, também, outro caso envolvendo uma denúncia feita por uma vizinha sobre o lixo do terreiro, mesmo que o problema com a coleta de lixo atingisse toda a rua, em que o conciliador do TJGO considerou o caso como mero desentendimento entre vizinhos, e não uma prática de intolerância religiosa.
11. Ao fim, relatou que se sente agredida pelo Poder Judiciário e por quem tem o dever legal de protegê-la, considerando a inversão de polos no curso do processo e a revitimização por que passam os povos de terreiro, em desrespeito ao direito à liberdade religiosa.
12. Ao fim, entregou à Coordenadoria uma carta com reivindicações sobre enfrentamento à intolerância religiosa, propondo capacitação na temática racial e de liberdade religiosa voltada para conciliadores, que em muitos casos são o primeiro contato das partes com o Judiciário e, por isso, devem atuar de modo atento e sensível.
13. No ponto do letramento, os participantes mencionaram a necessidade de o Judiciário considerar, nos atos judiciais, o papel histórico, cultural e de resistência dos terreiros, salientando que, em muitos casos, os terreiros são o último recurso de acolhimento para pessoas adoecidas, após tentarem auxílio em outras instituições.
14. Vários presentes relataram casos de intolerância e desrespeito à fé envolvendo o som dos instrumentos litúrgicos utilizados nos terreiros, havendo necessidade de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial

- instalar isolamento acústico para evitar multas, o que não costuma ocorrer com outras religiões.
15. Alexandre Lasprilla, diretor jurídico do Movimento Agô, destacou a importância de legalizar dos terreiros, com a obtenção de CNPJ; formalizar estatuto; e registrar em cartório como organização religiosa.
 16. Neste ponto, alguns participantes relataram o receio na legalização do terreiro considerando possíveis ataques que poderiam sofrer a partir do registro oficial.
 17. Ainda sobre a legalização, os participantes relataram que o atendimento nos cartórios não é receptivo nos registros de terreiros como organização religiosa e, também, nos registros de nomes tanto na língua iorubá quanto em português. Relataram, também, que observam demora na tramitação das solicitações quando se trata de demandas dos povos de terreiro, além do alto custo.
 18. Os presentes mencionaram que muitos filhos de santo participam de audiências no âmbito de processos judiciais sem conhecer seus direitos.
 19. Sandra Regina Martins, superintendente de Igualdade Racial da Prefeitura de Goiânia e representante de religião de matriz africana, pontuou a necessidade de levar a escuta para os terreiros, principalmente nas periferias, considerando as dificuldades de mobilidade urbana e de acesso ao Poder Judiciário.
 20. Gabriela Lasprilla, do Movimento Agô, destacou o papel da economia da cultura de axé na manutenção dos terreiros, na geração de renda e na valorização da tradição e cultura. Mencionou que o empreendedorismo afro é pouco visibilizado em feiras criativas.
 21. Valdicelia Nascimento, do Movimento Mulheres Negras Malungas, expôs o anseio por ações concretas pela segurança dos povos de terreiro e a necessidade do trabalho em rede no enfrentamento à intolerância religiosa. Relatou casos de intolerância em escolas, tanto pelos estudantes quanto pela administração; a necessidade de ações de conscientização voltadas para a saúde e educação em direitos para os povos de terreiro; e a inclusão de conteúdos de religiões de matriz africana nas escolas e da cultura afrobrasileira. Destacou ainda que as religiões de matriz africana devem ter assegurados os mesmos direitos das demais, como isenções e gratuidades.
 22. Os participantes relataram mais casos de intolerância envolvendo agentes públicos em abordagens policiais, sugerindo ações de conscientização e letramento racial.
 23. Almir Pinto, do terreiro Pai Mateus de Angola, apontou a necessidade de ações informativas e de sensibilização para desmistificar o funcionamento dos terreiros. Expôs o trabalho cultural e social feito pelos terreiros, que não são reconhecidos pela sociedade.
 24. Marielly sugeriu a elaboração de uma campanha com produção de um documentário para retratar, com a permissão das lideranças, as culturas e tradições dos povos de terreiro, mostrando as festas, ritos e depoimentos.
 25. Dyana Rosa de Oliveira, sacerdotisa e fundadora do Instituto Afro-Indígena Brasileiro Guerreiros de Aruanda, relatou que ao entrar no Tribunal para a roda de conversa, não recebeu atendimento inclusivo para observar sua deficiência, tendo negada vaga no estacionamento e sendo constrangida a tirar seu chapéu para



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial

passar pela entrada. Relatou medo de vir ao Tribunal, por ser uma mulher trans negra e de axé e pelas microagressões sofridas diariamente em ambientes institucionais.

26. Expôs, também, as dificuldades que enfrentam nos cartórios ao registrar os casamentos celebrados nos terreiros, para a garantia dos efeitos civis. Mencionou que os cartórios alegam que os casamentos não têm validade porque os terreiros não seriam igrejas. Também, ressaltou que a isenção de impostos não é plenamente assegurada aos terreiros, considerando a burocracia para ter esse direito garantido.
27. Reila Miranda, do Raiz Feminina, declarou que seguir uma religião de matriz africana é usado pelas partes como argumento para pedir a guarda em processos de divórcio.
28. Ao fim, o Dr Reinaldo ressaltou a urgência das demandas apresentadas e destacou que a ignorância quanto às religiões de matriz africana leva à reprodução de estereótipos e preconceito, sendo necessárias mais ações de letramento. Quanto aos relatos de dificuldades com os cartórios extrajudiciais, sugeriu que a Coordenadoria apresente à Corregedoria do Foro Extrajudicial as demandas trazidas durante o encontro, com a finalidade de entender onde está o gargalo e, sendo necessário, editar norma para resolver a burocracia e organizar uma série de webinários com convocação dos cartórios, além de verificar a possibilidade de incluir itens referentes à intolerância religiosa nas inspeções correicionais realizadas pelos diretores de foro das comarcas.
29. O Dr Hugo sugeriu a criação de um grupo de whatsapp a ser alimentado apenas pelos administradores, para atualizar os participantes do encontro dos encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES:

1. A Coordenadoria de Igualdade Racial vai encaminhar solicitação ao NUPEMEC sugerindo a criação de um núcleo de conciliadores com letramento racial, para atuação nos casos de delitos raciais e direitos humanos;
2. A Coordenadoria vai apresentar à Corregedoria do Foro Extrajudicial a demanda das dificuldades no atendimento dos cartórios aos povos de terreiro e, também, dos altos custos de despesas cartorárias, propondo uma avaliação sobre a hipossuficiência dos povos de terreiro de modo mais sensível ou mesmo a edição de recomendação ou ato normativo sobre o tema;
3. A Coordenadoria vai encaminhar à Corregedoria do Foro Extrajudicial a demanda a respeito dos efeitos civis de casamentos celebrados por lideranças de religiões de matrizes africanas, propondo inclusive uma série de webinários informativos voltados aos cartórios;
4. A Coordenadoria vai elaborar material de educação de direitos para distribuição aos povos de terreiro, com informações sobre fluxos, procedimentos e documentação necessária ao acesso a direitos, e, também, material educativo para escolas, para



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Igualdade Racial

tratar de intolerância religiosa no contexto escolar, como racismo recreativo, proibição do uso de turbante ou beca branca, entre outros.

5. As lideranças de terreiros deverão encaminhar à Coordenadoria de Igualdade Racial as solicitações de bens móveis, que serão reunidas num processo administrativo único a ser endereçado à Presidência;
6. A Coordenadoria vai elaborar uma agenda de escuta dos povos de terreiro, em espaços institucionais e, também, nas casas, com a devida permissão e alinhamento com as lideranças correspondentes;
7. A Coordenadoria fará contato com a Coordenadoria de Eventos do TJGO para que os povos de terreiro possam participar das feiras realizadas no Tribunal, como expositores de produtos;
8. A Coordenadoria vai solicitar ao Gabinete Militar do TJGO uma reunião com todos os policiais militares da Assessoria, para relatar os casos de intolerância discutidos durante a ação de escuta, trazer contexto e propor ações de letramento racial. Sendo exitosa, a proposta deverá se replicar para outros órgãos.
9. A servidora Marielly irá atuar na mobilização para a declaração da utilidade pública dos terreiros.

CONCLUSÃO: Nada mais havendo a expor, coordenador adjunto da Igualdade Racial do TJGO, juiz Hugo de Souza Silva, agradeceu a presença de todas e todos e eu, Afonso Rodrigues Bruno Neto, lavrei a presente ata, que lida e achada de conforme, segue assinada.

LISTA DE FREQUÊNCIA

Nome	Instituição, Casa e/ou Terreiro	Contato
Renildo Brito	TJ60	66-931643123
Deiene Comares	TJGO	— 32162000
Sandolegislavato	TJGO	32162000
Velma Souza Soares	casa Pai João Pai Joaquim	62.93125.6470
ANGELA ESTEU CAFE	Instituto Para Imorã Dde'	(62)98227.6265
JOAQUIM FILHO A. SANTOS	DEACRI - PCGO	(62) 98488-7364
Alma Pinto - ANAPOLIS	TERREIRO PAI MATHEUS DE ANAPOLIS GRUPO PMSM E CONVIDADO ASSOCIAÇÃO DE MOKS E POISDE SANTO DE ANAPOLIS	62.925191921
Matheus Ferreira de Oliveira	DEACRI - PCGO	62 981814533
Vanessa Laspulla	movimento.ago@gmail.com	62981608680
DE ALEXANDRE Laspulla	115-110 NOME PAIXA ASE DAN FEIRO INSTITUTO MOVIMENTO AGO	62 995020202
Verônica Peres das Santos	Instituto Movimento Ago Ase Dan Feiro	(62)99241-3863
Quirino Fergando de Jesus	Ase Dan Feiro	(62)991730582

Opáuil m. moquelhã	mov. agô Osi Don tã Erô	(62) 99141-2597
Daniel B. Luna Caszal	MOV. AGO ASCI DAN. Fe ERô	(62) 991818855
Sammylly Xavier	Terreiro Canto das matas ASS. Umbandiata de Edu. e Cultura	(62) 99983-3302.
Marcia P. da Ascensão	valdeiraguni@gmail.com. Casa Nenã	(62) 981394220
Shayane Santos das Santanas	Ile Axe Omi Funke	(62) 98139-4220 (Grupo de Mulheres Negras Malunga)
Elizabeth Furtado	bethfurtados@gmail.com	(61) 983777135 (Grupo de Mulheres Negras Malunga)
Sandra Martins	sandra.cusula@gmail.com	62 995240020 (Coordenadora de Igualdade Racial. Munic. Jorânia)
Kela S O Fernandes	casa Setemilênio ap. 800	(62) 981827548
Onaldo de Oliveira Macedo Jr.	Admexada - Aparecida de Goiânia	(62) 999719557.
Luciana Kubilius Siqueira	Templo de Umbanda Gentilza Diniz	(64) 99294-4047
Dirceu Soares do Siqueira	Terreiro de Umbanda	(62) 993606785
Resôngela Freixo	Terreiro de Umbanda	(62) 991612525
Ruth Ferrão da Conceição	Terreiro de Umbanda	(62) 995332595
Eduardo Silva da Silva	Terreiro de Umbanda	(62) 993323924

Opéria de Souza Górncher Reita Miranda	idiazopopkribe@gmail.com ██████████ Raiz Feminina	6299372-8894 62-99306-6650
Elisângela de Fatima Eudora	IFG - Goiânia	62-99280-4660
Leidyenne Franco dos Santos	Tenda Mãe Maria de Azevedo	62-99920-4280
Kamylla E. Borges Teles	IFG - Goiânia	62-98142-0625
YANGLEY ADRIANO MARUNIS	IFG - GOIÂNIA	34-996760708
Gabriel Lopes de Mendonça Bruno Aguiar	IFG - Goiânia	62-99203-8780
Estel Campos dos Santos	Caturai	62993158912
Leon Aucas Bruno Cavares	Pai João e Pai Joaquim - Caturai	62.99456-7460
Josiah Sepkya Campos	Pai João e Pai Joaquim	62.99354-5916
Jordanna Oliveira Santos	Casa Baiano Setembrino	(62) 98289-9841
Jamanda de M. M. Brandão	Casa Baiano Setembrino	(62) 99419-4835
Patric Holanda de M. Mendes	Associação Juventude Romã Central	62-98419-3549

Ana Carolina Vieira Santos		(62) 98586 5709
Tasso B. Esperança	DPE - GO	(62) 99604 7005
SERGIO MARILIO ABEL	MESTRE KIMBANDA	(62) 998890.642
Juliana Gomes	JACERBOTE DE UMBANDA	62 982 1446 87
Clintya de C. Soares	Terrais de Umbanda Linpês de Lei	62 982 1 8097
Tatyane D. de matos	Dirigente terreiro Imperio de Lei - Central de Conciliação	(62) 99169-2248
Matheus Marcelo Storti	Estagiário Estagiário - NUPEMEC	(62) 996695205
Danillo Machado Veloso	Estagiário - 6ª Câmara Cível-TJGO	(62) 98624-4610
Layra Barbalho da Costa	Assessora de Juiz Auxiliar de Juiz de Paz	(62) 98120-2965
Clairine B. Carvalho Oliveira	Instituto A.B.G. de Aracaju	(62) 98610-7448
GYANA ROSA DA SILVA	I A B G A	62 98698-4975

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 123535723889 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

HUGO DE SOUZA SILVA

JUIZ DE DIREITO

COORDENADORIA DE IGUALDADE RACIAL

Assinatura CONFIRMADA em 31/03/2026 às 15:05

AFONSO RODRIGUES BRUNO NETO

ANALISTA JUDICIÁRIO

COORDENADORIA DE IGUALDADE RACIAL

Assinatura CONFIRMADA em 31/03/2026 às 15:08

